



AGENDA DA REUNIÃO PLENÁRIA DE - 2012/dezembro/14 - (sexta-feira)

10:00 Horas

ORDEM DO DIA

- 1- **Proposta de Lei n.º 105/XII/2.ª (GOV)**
Aprova o Regime Jurídico do Processo de Inventário.

Tempos	cada
GOV* e PPD/PSD	3 m
PS	3 m
CDS-PP	3 m
PCP	3 m
BE	3 m
PEV	3 m

* O GOV como autor da iniciativa dispõe de mais 1 minuto.

- 2- **Apreciação Parlamentar n.º 39/XII/2.ª (PS)**
Decreto-Lei n.º 221/2012, de 12 de outubro, que "Institui a atividade socialmente útil a desenvolver por parte dos beneficiários da prestação de rendimento social de inserção".

**Apreciação Parlamentar n.º 40/XII/2.ª (PCP)**

Decreto-lei n.º 221/2012 de 12 de outubro, que "Institui a atividade socialmente útil a desenvolver por parte dos beneficiários da prestação de rendimento social de inserção".

Tempos	cada
GOV e PPD/PSD	3 m
PS*	3 m
CDS-PP	3 m
PCP*	3 m
BE	3 m
PEV	3 m

*O PS e o PCP como autores das iniciativas dispõem de mais 1 minuto.

O Governo dispõe igualmente de mais 1 minuto nos termos da deliberação da Conferência de Líderes de 14.07.2010 (Súmula n.º 23)

3- Projeto de Resolução n.º 502/XII/2.ª (CDS-PP e PPD-PSD)

Prevê a desmaterialização do processo de notificação de ocorrências à base de dados SNIRA;

Projeto de Resolução n.º 514/XII/2.ª (PCP)

Simplificar procedimentos do SNIRA, atualizar as aplicações que gerem o sistema e fundir as bases de dados do SNIRA e do PISA.

Tempos	cada
GOV e PPD/PSD*	3 m
PS	3 m
CDS-PP*	3 m
PCP*	3 m
BE	3 m
PEV	3 m

*O PPD-PSD, o CDS-PP e o PCP como autores das iniciativas dispõem de mais 1 minuto.



4- [Projeto de Lei n.º 303/XII/2.ª \(PCP\)](#)

Revoga a Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica;

[Projeto de Lei n.º 298/XII/2.ª \(BE\)](#)

Revoga o Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica aprovado pela Lei n.º 22/2012, de 30 de maio;

[Projeto de Lei n.º 322/XII/2.ª \(PEV\)](#)

Procede à revogação da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio (Regime Jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica);

[Petição n.º 153/XII/1.ª](#)

Da iniciativa de Ana Cristina Pardal Ribeiro - Presidente da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos - Solicita a defesa das freguesias do concelho de Salvaterra de Magos;

[Petição n.º 154/XII/1.ª](#)

Da iniciativa da Junta de Freguesia de Arez - Contra a extinção de Freguesias;

[Petição n.º 155/XII/1.ª](#)

Da iniciativa de António Joaquim da Silva Danado - Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Vila - Contra o Livro Verde da Reforma Administrativa;

[Petição n.º 156/XII/1.ª](#)

Da iniciativa da Plataforma Freguesias Simtra - Solicitam a suspensão do processo de reorganização administrativa territorial autárquica;

[Petição n.º 160/XII/1.ª](#)

Da iniciativa de Ana Teresa Vicente - Presidente da Câmara Municipal de Palmela - Pela Rejeição da Extinção de Freguesias no Concelho de Palmela;

[Petição n.º 161/XII/1.ª](#)

Da iniciativa do Movimento Freguesias SIM Pela Nossa Terra - Contra a Reforma Administrativa, contra a extinção das Freguesias de Portugal e em defesa das Freguesias e das suas populações;

**Petição n.º 182/XII/2.ª**

Da iniciativa de Nuno Miguel Fialho Cavaco - Presidente da Junta de Freguesia de Baixa da Banheira -
Petição Nacional Contra a Extinção/Agregação/Fusão de Freguesias;

Petição n.º 187/XII/2.ª

Da iniciativa de Fernando Eduardo Rodrigues Batista - Mantenham a Brandoa no mapa das Freguesias;

Petição n.º 188/XII/2.ª

Da iniciativa de Pedro Vale da Silva - Contra a agregação da Freguesia de Frades;

Petição n.º 196/XII/2.ª

Da iniciativa de Manuel Gonçalves Moreira - Sobre o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica;

Petição n.º 201/XII/2.ª

Da iniciativa da Plataforma Pelas Freguesias de Cascais - Contra a extinção de Freguesias em Cascais;

Petição n.º 202/XII/2.ª

Da iniciativa de Luís Filipe Rodrigues Lima - Reorganização Administrativa Territorial Autárquica do Concelho de Loulé - União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim.

Tempos	cada
GOV e PPD/PSD	10 m
PS	9 m
CDS-PP	7 m
PCP	6 m
BE	5 m
PEV	3 m

5- Proposta de Resolução n.º 47/XII/2.ª (GOV)

Aprova o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, a 10 de dezembro de 2008.

S/Tempos**6- Votações regimentais às 12 horas.**